

continuação

Asa Branca Holding S.A.

setor, o Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total das debêntures, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas a essas operações. O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Total das debêntures, Aplicações financeiras vinculadas às dívidas, Dívida líquida, Total do patrimônio líquido, Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida), Índice de alavancagem financeira - %.

3.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações do Grupo. O risco de curtailment no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), mesmo que haja recurso natural disponível para geração, causado por excesso de produção e ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamentos do sistema de transmissão. Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023. Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados. (b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil: Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. (c) Mudanças climáticas: Os parâmetros físicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. (d) Riscos de liquidação dos ressarcimentos: Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 6.608, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR - Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica. (e) Risco de impairment: O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos conforme detalhado na nota explicativa nº 13 ("Impairment").

o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. (d) Impairment de ativos financeiros: O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. (e) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros: Os ativos financeiros a custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de passivo financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Nota, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Ativos, conforme o balanço patrimonial (Caixa e equivalentes de caixa, Conta corrente restrita, Aplicações financeiras vinculadas às dívidas, Contas a receber, Contas a receber de partes relacionadas, Dividendos a receber, Outras contas a receber), Ao custo amortizado (Passivo, conforme o balanço patrimonial, Debêntures, Contas a pagar a partes relacionadas, Fornecedores), Passivo de arrendamento, Provisão de ressarcimento, Ao custo amortizado.

o valor contábil das debêntures, mensurado com base no custo amortizado, apresenta diferença em relação ao valor justo, no montante de R\$ 44.405. A mensuração do valor justo foi realizada com base na análise individualizada do instrumento financeiro, utilizando-se de informações observáveis de mercado, notadamente cotações de negociações realizadas com o mesmo título no mercado secundário. Essa abordagem reflete uma técnica de avaliação compatível com o Nível 2 da hierarquia do valor justo, conforme definido pelo CPC 46. Os demais passivos financeiros mensurados com base no custo amortizado não diferem significativamente dos valores contábeis. 5. Informação por segmento: A Administração do Grupo, na qualidade de principal tomador de decisões operacionais para fins do CPC 22 - Informações por Segmento, avaliou os requisitos do pronunciamento e concluiu que há apenas um segmento operacional. O Grupo administra seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de usinas eólicas. A gestão é centralizada, e as decisões operacionais e de alocação de recursos são suportadas por relatórios consolidados, que representam 100% da receita líquida de venda de energia elétrica. 6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas Controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Recursos em banco e em caixa, Recursos em aplicações financeiras.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI para os CDBs em 31 de dezembro de 2024), com liquidez imediata. 7. Contas a receber: Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas. A Administração efetua análise criteriosa nas contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber proveniente de venda de energia é de R\$ 16.116 (R\$ 16.052 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não havia títulos vencidos. 8. Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, suas coligadas, controladas e acionistas. Essas operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo celebra contratos com partes relacionadas, conforme as transações apresentadas no quadro a seguir. Composição:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Ativo circulante, Passivo não circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII, Natureza - dividendos, Asa Branca VII, Asa Branca VIII, Natureza - contratos de mútuo, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Chapada Branca, Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A., Natureza - Custos e despesas compartilhadas, Invenery Serviços Brasil Ltda., Natureza - fornecedores, Total.

Impacto no resultado:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Chapada Branca, Natureza - custos e despesas compartilhadas, Asa Branca VII, Asa Branca VIII, Natureza - juros sobre mútuo.

Compartilhamento de custos e despesas: Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo mantém contratos de compartilhamento de custos com partes relacionadas, a saber: (i) Compartilhamento de custos e despesas entre as controladas, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas. (ii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP: A controladora Chapada Branca mantém contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de razão definido em contrato firmado entre as partes. (iii) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN: Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias. O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. Dividendos: São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária. Fornecedores: O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora Chapada Branca. Contratos de mútuo: O quadro abaixo demonstra os contratos de mútuo da Companhia e suas respectivas condições:

Table with columns: Em 31 de dezembro de 2025, Mutuante, Mutuária, Valor do Contrato, Prazo do contrato, Remuneração, R\$. Rows include Asa Branca VII, Asa Branca VIII, Total Ativo.

A remuneração correspondente a 6,25% a.a. + IPCA (base 252 dias úteis), apropriada até a data do efetivo pagamento. O desembolso do mútuo é efetuado em parcela única, por meio de transferência eletrônica disponível (TED). Em caso de impropriedade, incidem automaticamente multa convencional de 2% sobre o valor em atraso e juros moratórios de 1% ao mês, calculados pro rata die, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.432. 9. Tributos a recuperar: Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Composição:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Circulante (PIS/COFINS sobre ressarcimento (i), IRRF sobre aplicações financeiras, ISS, Outros tributos a recuperar), Não circulante (PIS/COFINS s/ ressarcimento (i)).

(i) PIS e COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. 10. Estoques: Política contábil: Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas. Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 4.366 (R\$ 3.431 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. 11. Tributos diferidos: Política contábil: Os tributos diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas do Grupo, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadriennais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia. Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. Composição:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento (IRPJ e CSLL), Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses (IRPJ e CSLL), Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos é de R\$ 2.746. 12. Investimentos: Política contábil: Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente. Composição e movimentação do investimento:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Participação acionária, Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024, Equivalência patrimonial, Dividendos distribuídos, Redução de capital, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Equivalência patrimonial, Dividendos distribuídos, Redução de capital, Saldo em 31 de dezembro de 2025, Resumo das informações financeiras das controladas: 2025 Demonstração.

continuação

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



2024		Consolidado				
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Asa Branca IV	19.963	85.824	32.051	9.903	63.833	356
Asa Branca V	20.089	82.304	23.321	9.634	69.438	2.144
Asa Branca VI	16.597	81.430	34.261	10.135	53.631	1.067
Asa Branca VII	16.271	81.261	54.068	10.061	33.403	(3.066)
Asa Branca VIII	16.560	86.695	39.461	9.548	54.246	(1.033)
Total	89.480	417.514	183.162	49.281	274.551	(532)

2024		Consolidado				
Imobilizado em andamento	Terrenos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total	Em 01 de janeiro de 2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	574	449	380.243	14.654	643	396.563
Adição	2.290	-	6.032	-	347	8.669
Depreciação	-	-	(30.897)	(785)	(91)	(31.773)
Baixa imobilizado	-	-	(7.338)	-	-	(7.338)
Baixa depreciação	-	-	3.865	-	-	3.865
Transferência	(1.212)	-	1.212	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.652	449	353.117	13.869	899	369.986
Custo	1.652	449	690.741	23.354	2.045	718.241
Depreciação acumulada	-	-	(337.624)	(9.485)	(1.146)	(348.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.652	449	353.117	13.869	899	369.986
Taxa média anual de depreciação	-	-	4%	3%	4%	-

2024		2025	
Direito da autorização	Total	Direito da autorização	Total
Amortização	9.716	6	9.722
(1.005)	(1.005)	(2)	(1.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.711	4	8.715
Custo	17.756	39	17.795
Amortização acumulada	(9.045)	(35)	(9.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.711	4	8.715
Amortização	(1.005)	(2)	(1.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	2	7.708
Custo	17.756	39	17.795
Amortização acumulada	(10.050)	(37)	(10.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	2	7.708
Taxa média anual de amortização	6%	5%	-

2024		2025	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
4	27	377	4.843
-	-	956	34
-	-	790	829
-	-	55	51
4	27	2.178	5.757

2024		2025	
Direito da autorização	Total	Direito da autorização	Total
Amortização	9.716	9.716	9.716
(1.005)	(1.005)	(1.005)	(1.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.711	8.711	8.711
Custo	17.756	17.756	17.756
Amortização acumulada	(9.045)	(9.045)	(9.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.711	8.711	8.711
Amortização	(1.005)	(1.005)	(1.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	7.706	7.706
Custo	17.756	17.756	17.756
Amortização acumulada	(10.050)	(10.050)	(10.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.706	7.706	7.706
Taxa média anual de amortização	6%	-	-

2024		2025	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
731	27.686	731	27.686
731	27.686	731	27.686

2024		2025	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
275.594	264.065	275.594	264.065
(6.840)	(6.840)	(6.840)	(6.840)
268.754	255.377	268.754	255.377
269.485	283.063	269.485	283.063

2024		2025	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
101.914	78.083	101.914	78.083
163.384	88.666	163.384	88.666
265.298	166.749	265.298	166.749

2024		2025	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
22.717	41.632	22.717	41.632
22.717	41.632	22.717	41.632
288.015	208.381	288.015	208.381

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal do seu celular no QR Code, ou acesse o link:



Asa Branca Holding S.A.											
Movimentação:					Controladora e Consolidado						
Consolidado					31/12/2025 e 31/12/2024						
Passivo circulante		Passivo não circulante			Controladora		Consolidado				
Provisão de ressarcimento	Provisão de despesa	Total	Provisão de ressarcimento	Total	Quantidade de ações	Capital social integralizado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025		
Saldos em 01 de janeiro de 2024	28.811	128.853	157.664	50.521	50.521						
Provisão	50.782	10.573	61.355	30.927	30.927						
Pagamento	(96.854)	(96.854)	-	-	-						
Atualização financeira	4.768	4.768	-	-	-						
Transferência	(1.510)	41.326	39.816	(39.816)	(39.816)						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	78.083	88.666	166.749	41.632	41.632						
Provisão	62.878	-	62.878	18.747	18.747						
Pagamento	(6.608)	(6.608)	-	-	-						
Atualização financeira	4.617	4.617	-	-	-						
Transferência	(39.047)	76.709	37.662	(37.662)	(37.662)						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	101.914	163.384	265.298	22.717	22.717						
(b) Provisão para desmobilização de ativos: A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecológica e similarmente às existentes antes do início do projeto ou atividade, ou de realizar medidas compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existent. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico. O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional – Série B ("NTNB") mais IPCA de 10,67% ao ano em 2025 (11,30% em 2024) ao ano. Composição:											
Consolidado					Consolidado						
31/12/2025					31/12/2024						
Não circulante					Não circulante						
Desmobilização					Desmobilização						
Total					Total						
8.240					7.092						
8.240					7.092						
Movimentação:											
Consolidado					Consolidado						
31/12/2025					31/12/2024						
Saldo inicial					Saldo inicial						
Adição, (reversão) de AVP					Adição, (reversão) de AVP						
Atualização financeira					Atualização financeira						
7.092					6.611						
347					(661)						
801					729						
8.240					7.092						
(c) Provisão para causas judiciais: O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação; essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. Trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, adicional noturno, equiparação/reajustamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, entre outras, e ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. Tributárias: Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tributos, tais como contribuições sociais, IOF, ISS, Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, INSS, dentre outros. (i) Contingências prováveis: Composição:											
Consolidado					Consolidado						
31/12/2025					31/12/2024						
Cíveis					Cíveis						
Ambientais					Ambientais						
Regulatório					Regulatório						
952					25						
952					558						
Movimentação:											
Consolidado					Consolidado						
31/12/2025					31/12/2024						
Natureza					Natureza						
Cíveis					Cíveis						
Ambientais					Ambientais						
Regulatório					Regulatório						
Total					Total						
473					25						
473					25						
Saldos em 31 de dezembro de 2024											
Constituição					Constituição						
Atualização monetária					Atualização monetária						
60					60						
Saldos em 31 de dezembro de 2025											
Constituição					Constituição						
(-) Reversões					(-) Reversões						
421					782						
421					782						
Atualização monetária											
Reclassificação					Reclassificação						
(112)					112						
(112)					112						
Saldo em 31 de dezembro de 2025					Saldo em 31 de dezembro de 2025						
137					815						
137					815						
(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue: O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:											
Consolidado					Consolidado						
2025					2024						
Controladas					Controladas						
Tributárias					Tributárias						
Total					Total						
521					438						
521					438						
93					61						
93					61						
140					92						
140					92						
233					153						
233					153						
234					154						
234					154						
1.221					898						
1.221					898						
(iii) Composição causas possíveis:											
Consolidado					Consolidado						
2025					2024						
Controladas					Controladas						
Ambiental					Ambiental						
Regulatório					Regulatório						
Total					Total						
179					230						
179					230						
179					230						
179					230						
179					230						
10					230						
10					230						
895					1.150						
895					1.150						
19. Patrimônio líquido Capital social A Companhia não possui ações autorizadas. Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:											
Francisco Moya Reina Diretor Presidente			Gabriel Marinho de Farias Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			Rodrigo Cesar de Moraes Controller			Cristiano Soares Pavane Contador - CRC 1SP271178/O-8		
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas											
(IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).											
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.											
Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Teste de Redução ao Valor recuperável: Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria: Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações financeiras ativos não financeiros, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou uma estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso. A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Asa Branca Holding S.A.

das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixa que levam em consideração os planos de negócios da Administração e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa, este assunto, poder impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros disponibilizadas pela Companhia. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados. Quando aplicável, a avaliação foi realizada com base em premissas contratuais e, também comparação com premissas de mercado; Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Reconhecimento de Receita com Energia:** Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita com Energia no montante de R\$ 106.268 mil, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; - Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. - Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e - Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31

de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de março de 2025, que não conteve modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referi-

das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Março de 2026



KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador
CRC 1SP245014/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

